

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

O jogo está feito

Com a instituição da 24ª política salarial adotada no País desde 1964, na semana passada, e com a criação do Cruzeiro Real, que afasta a expectativa de choques e pacotes heterodoxos, estão definidas as possibilidades de ação do governo Itamar e da equipe de Fernando Henrique Cardoso até a revisão constitucional, a menos que a máfia congressual invente mais alguma no meio do caminho, o que sempre é possível.

“Fomos muito além do que seria permissível ou permitido para alguém que está gerindo as finanças públicas do Brasil e combatendo a inflação”, comentou o ministro da Fazenda após a última sessão do **happening** convocado pelo presidente da República. Com as concessões admitidas na política salarial, a União está aceitando um gasto adicional de pelo menos US\$ 2 bilhões, somente neste ano, sobre as contas da Previdência Social e das folhas de pagamento das estatais (a administração direta está fora do regime de reajustes mensais, o que poderá gerar novas pressões sobre o governo nas próximas semanas). Este número será acrescentado ao déficit previsto antes da nova lei de salários em algo em torno de 3 a 3,5% do PIB.

Também serão consideravelmente alargados os buracos já existentes nas contas dos Estados e municípios, fato que não deve ter deixado de pesar na decisão do Conselho Monetário Nacional de levantar o cerco recém-baixado contra a capacidade dos governos estaduais de se endividarem junto aos seus próprios bancos. O CMN, certamente respondendo à pressões, autorizou — na véspera da última reunião convocada por Itamar com sindicalistas e empresários — que cada governador empreste, pelo seu banco estadual, aos Estados vizinhos, o que deve iniciar uma ciranda de “trocas de favores” nada saudável para um país às vóltas com o déficit público e em véspera de eleições gerais. Isso marca de modo conclusivo os limites da ação da equipe de FHC, que tinha esperança de conseguir alterações importantes nas relações entre a União e os Estados.

“Como dinheiro não nasce em árvore”, comentava, desacorçoado, o secretário adjunto de Política Econômica, Gustavo Franco, “teremos de aumentar a dosagem das medidas fiscais para financiar essa despesa extra”. O secretário não quis especificar como ou onde será aumentada a dosagem das medidas fiscais, restringindo-se a um genérico “endurecimento geral das providências já em curso”. O líder do governo no Congresso, Roberto Freire, menciona, no entanto, a criação de novas fontes de arrecadação para o custeio da Previdência, especialmente no setor agrícola. A verdade, porém, é que esta via é bastante limitada, dadas as regras estabelecidas pela Constituição e a disposição dos contribuintes, que tem sido apoiada pelo Judiciário, de fazer valer os seus direitos nos tribunais. E, além do mais, não se pode esquecer que antes de produzir qualquer efeito antiinflacionário, pela duvidosa redução do déficit público, os novos impostos, como o IPMF que começa a ser cobrado em meados de agosto, produzem um forte impacto inflacionário com o repasse dos custos adicionais das empresas para os preços, que virá se somar aos demais fatores de pressão sobre a inflação descritos acima.

Assim, o mais provável é que o governo volte mesmo a cair na mera operação dos juros que marcou a atuação de Marcílio Marques Moreira. Embora a equipe econômica procure negar o fato, dados os problemas que o presidente Itamar demonstra ter com este tema, é esta a saída que lhe resta, consideradas as limitações para alterações na equação fiscal mencionadas acima, e levando-se em conta que a Constituição também proíbe que se toque nos dados estruturais geradores de déficits (reforma do Estado, fim da estabilidade etc.). Não é por acaso, portanto, que os juros tenham subido substancialmente nos últimos dias.

Haveria outra porta pela qual se poderia extravasar uma boa parte da pressão sobre o déficit público: a das privatizações. Mas, embora ela venha sendo mencionada com mais frequência nos discursos presidenciais, ela tem se fechado cada vez mais, de fato, com medidas concretas como aquela pela qual o presidente autorizou o Senado a adiar as já marcadas, a pretexto de refazer as avaliações de preço encomendadas a profissionais da área.

Para o setor privado, o impacto das novas medidas será indireto. Virá por meio dos efeitos inflacionários dos novos impostos e das consequências do inchaço das contas públicas. As empresas privadas, de modo geral, já vinham pagando salários reajustados pela inflação integral, ou quase isso, segundo todas as pesquisas disponíveis, mesmo com a política de antecipações bimestrais. A nova regra salarial deverá, portanto, melhorar um pouco o fluxo de caixa das empresas privadas, na medida em que reduzirá as oscilações entre salários de pico e salários de vale. Só que agora, a cada quatro meses, quando se fará o acerto do restante da inflação não reposta mensalmente, haverá fortes pancadas no caixa.

“Arroz com feijão” e impostos, portanto, deverá ser o prato servido daqui até a revisão constitucional por um governo enfraquecido pelas confusões itamarianas e aberto aos desafios de qualquer aventureiro que queira testar o humor do presidente. Os temperos serão os juros altos, e a pimenta, as batalhas judiciais detonadas pelos contribuintes lesados.

Há, porém, um outro lado, se houver vontade para tanto: quando se esgotam os recursos técnicos, chega a vez dos recursos políticos. Estes são os mais adequados para o momento, já que os problemas do Brasil não são de natureza técnica, mas sim de natureza política e institucional. Afinal, foi a política que inviabilizou tecnicamente o País, e só com reformas políticas e institucionais se poderá reverter esse processo. Não falta apoio da opinião pública para isso. Falta, apenas, quem queira liderar um processo como este e convocar o apoio das massas para furar o bloqueio das forças reacionárias que já se movimentam para manter intactos os privilégios que a Constituição distribuiu aos donos do Estado. Está aí, na reforma da Constituição, a última oportunidade que o País terá de se libertar dos nós que o mantêm amarrado ao subdesenvolvimento e à miséria dentro da ordem democrática e do estado de Direito.